PORTARIA Nº 03-97

“Dispõe sobre a concessão administrativa de parcelamento de débitos tributários”.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Municipal de Finanças aprovado pelo Decreto nº 540, de 06 de agosto de 1992, e tendo em vista o disposto no Artigo 4º, da Lei nº 5.231, de 10 de dezembro de 1975, resolve:

I – O parcelamento de débitos tributários não inscritos em Dívida Ativa obedecerá as seguintes condições:

- a) Os débitos que forem objetos de parcelamento terão seu valor consolidado na data da concessão.
- b) O débito consolidado compreende o valor original atualizado monetariamente desde a data do vencimento até a do parcelamento, acrescido, se for o caso, de multa e de juros sobre o valor atualizado.
- c) O pedido de parcelamento constitui confissão irretratável de dívida, mas a exatidão do valor dele constante poderá ser objeto de verificação.
- d) Fica estabelecido o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses para parcelamento de débitos, sendo que nenhuma parcela poderá ser inferior a 178,55 (cento e setenta e oito vírgula cinqüenta e cinco) UFIRs (Unidade Fiscal de Referência), excetuados os débitos relativos ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Taxas de Serviços Urbanos e a Contribuição de Melhoria.
- e) O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros compensatórios equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento.
- f) O pagamento de quaisquer parcelas será efetuado mediante a utilização de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), ainda que sob a forma de carnê, devendo a primeira ser paga e exibida obrigatoriamente na data da concessão de parcelamento, sob pena de imediata revogação.
- g) A falta de pagamento de qualquer parcela, exceto a primeira, por prazo superior a 30 (trinta) dias implicará em inscrição do Débito em Dívida Ativa e conseqüente rescisão do parcelamento, vedado, em qualquer caso, o reparcelamento.
- h) Para formalização do parcelamento de que trata esta Portaria, o contribuinte, juntamente com o funcionário autorizado, na forma do item II abaixo, deverá firmar termo de compromisso que se constituirá em confissão irretratável da dívida.
- i) O setor competente poderá expedir certidão negativa mencionando o parcelamento efetivado e, desde que o contribuinte esteja cumprindo os compromissos decorrentes da sua concessão.

II – Fica subdelegada competência para concessão de parcelamento, nos seguintes níveis de valores:

NÍVEL	VALOR
Gerência e Chefes de Divisão	até R\$ 10.000,00
Superintendente e Diretor de Controle Financeiro	
Acima de R\$ 10.000,00	

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a Portaria nº 09, de 24 de fevereiro de 1997, e demais disposições em contrário.

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS,

em 02 de setembro de 1997.

Antônio Carlos Pereira de Araújo

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS